

Ajuda de emergência de nossos credores?

É a previsão dos banqueiros londrinos: o Brasil precisa de um empréstimo urgente de US\$ 2 bilhões mesmo sem aval do FMI. Por Hermano Alves, de Londres.

O Brasil precisa de um empréstimo de emergência de dois bilhões de dólares antes de outubro, para não suspender os pagamentos em atraso da sua dívida externa que, no fim deste ano, alcançará a cifra de 95 bilhões de dólares. O Sunday Times, refletindo a inquietação reinante na City de Londres, prevê que os bancos internacionais credores do Brasil serão forçados a adiantar o dinheiro, mesmo sem o prévio aval do FMI, para evitar a moratória — ou seja, que o governo de Brasília siga os exemplos anteriores do México e da Polônia, que se viram obrigados a atrasar os pagamentos de juros, amortizações e taxas de risco.

A volta de Figueiredo

A volta do presidente João Batista Figueiredo ao Brasil, combinada com a relutância do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de alguns políticos do PDS em aceitarem a "terapia de choque" recomendada pelo FMI, provocou especulações na imprensa britânica, nos meios bancários e nas áreas diplomáticas. O jornal Financial Times admitiu a hipótese de Figueiredo ter de usar os poderes especiais que ainda possui para impor a política sugerida pelo FMI, mas deixou claro que tal coisa poderia causar graves prejuízos à política da abertura, que é um ponto de honra do atual governo.

Se a falta de liquidez, as divergências entre os credores e a perplexidade diante do fenômeno das dívidas externas de mais de 20 países levaram os bancos a recusar o pacote de quatro bilhões e meio de dólares pedido pelo Brasil em maio, neste momento a perspectiva de uma moratória de grande magnitude, pouco antes da reunião dos países devedores em Caracas, faz com que a questão seja reexaminada na City apesar das recentes palavras da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, sugerindo que se aplicasse uma punição ao mau pagador.

A imprensa britânica passou a chamar a atenção para a repercussão do "dólar forte" e das altas taxas de juros no sistema bancário norte-americano sobre as dívidas de alguns países — Brasil, Coréia, México, Filipinas, Chile, Argentina, Iugoslávia e Venezuela —, que é vista como desastrosa. Nos meios financeiros, assinala-se uma contradição flagrante entre as promessas do presidente Ronald Reagan e algumas medidas que incluem os recursos de emergência para o Fundo Monetário Internacional, de um lado, e a alta das taxas de juros, de outro.

Enquanto a taxa Libor (valor de oferta dos consórcios bancários de Londres) subiu mais de 2,5%



entre maio e agosto, atingindo todos os devedores e agravando a situação imediata do Brasil, critica-se o FMI por aplicar sempre a mesma terapia básica a todos os países do mundo, por não contar com recursos suficientes e por atuar com lentidão — um fato que talvez decorra dos outros mencionados.

Algumas vozes mais ponderadas dizem que o FMI está agindo de acordo com normas e regras traçadas há quase 40 anos, com falta de recursos e de flexibilidade que já são notórias, na dependência dos seus principais acionistas (os Estados Unidos exercem uma liderança incontestável) e por conta de um sistema monetário, econômico e financeiro, definido pelos acordos de Bretton Woods, que praticamente já não existe, particularmente depois dos sucessivos choques do petróleo.

Fontes latino-americanas em Londres afirmam que foi uma temeridade os bancos terem dito, em maio, que só emprestariam dinheiro ao Brasil se o Fundo Monetário desse o "sinal verde" — algo que teria contribuído para agravar o clima de suspeita e desconfiança que reina nos mercados. Lamenta-se que a senhora Margaret Thatcher, por exemplo, tenha criticado o Brasil (na hora em que o presidente Reagan sugeria compreensão) e que recomende aos bancos da City somente liberarem um empréstimo de um bilhão e 500 milhões de dólares para a Argentina depois que o governo de Buenos Aires descongele os fundos britânicos e suspenda algumas sanções contra interesses ingleses — e isto apesar das garantias públicas, dadas pelo general Reinaldo Bignone, de que as exigências de Londres seriam atendidas.

Como mais de 90% da dívida brasileira (e o mesmo acontece com muitos países) é fixada em dólares, os altos preços da moeda americana e das taxas de juros em Wall Street anulam todos os esforços para que o País supere a crise através do aumento de exportações — que é uma das recomendações já rituais do Fundo Monetário. Em Londres, chega-se à conclusão de que a crise das dívidas externas pode, em breve — como escreveu o Sunday Times, depois de semanas de exames de consciência feitos na City —, transformar-se num fenômeno incontrolável. Um perito da London School of Economics e outro do Institute of Strategic Studies disseram que a próxima reunião de Caracas pode "criar uma Opep às avessas". Se tal coisa ocorrer, não resta dúvida de que o exemplo do Brasil será apontado como o deflagrador de uma crise de fato sem precedentes, porque inédita e extremamente complexa.